



Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Declaração sobre um Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo

na fase pós-COVID19

5 de junho de 2020

A pandemia COVID19 colocou em evidência a dificuldade de as sociedades e os sistemas económicos lidarem com situações críticas e de incerteza, tanto à escala nacional como regional ou global. Os sistemas disponíveis de prevenção e resposta revelaram-se inadequados, resultando em consequências penalizadoras bem evidentes no número de vítimas humanas, no impacto económico e na paralisação geral de todas as sociedades, independentemente do seu grau de organização e desenvolvimento.

Medidas imediatas de redução das atividades aos mínimos essenciais e concentração de meios nos sistemas de saúde alteraram profundamente o estilo e as condições de vida da população mundial. Seguiu-se uma violenta desaceleração da atividade económica global acompanhada pelo crescimento acelerado do desemprego, pela diminuição drástica do rendimento das famílias, pelo acréscimo dos custos nos sistemas de saúde, pelo aumento da dívida global e por outras consequências psicossociais ainda por identificar e calcular com rigor.

Apesar do impacto de grande intensidade já verificado e de ainda se estar a viver em plena crise com um elevado grau de incerteza quanto ao que será o futuro, a pandemia COVID19 deve igualmente ser encarada como um alerta para outras crises, tais como a perda de biodiversidade, as alterações climáticas, a escassez da água, a pobreza e as desigualdades sociais. A pandemia é também uma oportunidade para melhorar a preparação face a esta confluência de situações adversas e para adaptar o atual modelo económico e financeiro global aos desafios do século XXI.

O cenário mais provável no futuro imediato é o aumento da frequência e diversidade de situações similares quer relativas a doenças quer à degradação ambiental em geral, colocando a sustentabilidade do planeta e das sociedades humanas em risco crescente.



Importa, por isso, e aprendendo com o que a crise COVID19 já nos revelou, adotar respostas integradas que possam contribuir para a transição necessária a uma maior sustentabilidade numa perspetiva colaborativa e solidária, de parcerias que envolvam organizações, sociedades, governos e cidadãos.

É urgente reorientar o atual sistema económico e financeiro global para a defesa dos princípios propostos pela Agenda 2030 e respetivos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial desagravando as assimetrias económicas e sociais e promovendo a regeneração do ambiente através da cooperação ativa de todos os países.

O Pacto Ecológico Europeu (*European Green Deal*) promove um quadro conceptual que, devidamente operacionalizado, poderá constituir um contributo decisivo para o reforço da capacidade de enfrentar crises como a da COVID19, a emergência climática e a extinção de espécies, gerando a integração e as sinergias necessárias entre sectores e políticas que ainda se encontram distantes.

Neste sentido, é essencial reconhecer o papel da biodiversidade enquanto pilar do desenvolvimento sustentável e garantir a disponibilidade dos serviços dos ecossistemas, tornando mais eficientes os sistemas e processos produtivos, potenciando a bioeconomia e a economia circular, e protegendo e recuperando os sistemas naturais.

A salvaguarda do oceano, enquanto elemento primordial na regulação e estabilidade do funcionamento dos sistemas naturais e socioeconómicos nas diferentes escalas, da local à global, é igualmente um imperativo imediato na mitigação e adaptação dos efeitos das diferentes crises globais.

Em linha com o proposto no Plano de Investimento Sustentável Europeu, é fundamental adequar os mecanismos financeiros no quadro de uma economia verdadeiramente sustentável, eliminando estímulos e apoios que induzam danos ambientais significativos. Do mesmo modo, importaria assegurar equidade ao nível da fiscalidade europeia que ainda admite assimetrias que prejudicam a possibilidade de imputar o produto dos impostos aos países onde é efetivamente gerada a riqueza a tributar. Agora que se discute quais as áreas prioritárias de investimento para o pacto económico europeu na sequência da pandemia, é crucial assegurar que existirá um financiamento dedicado à descarbonização da economia e à valorização do capital natural.



Eficiência energética, proteção e recuperação do capital natural e utilização sustentável dos recursos naturais, num quadro de inovação, suportadas por tecnologias adequadas e respeitadoras dos limites dos sistemas naturais e sociais e apoiadas por sistemas de incentivos compatíveis, são ingredientes determinantes da prosperidade e do bem-estar futuros. Esta evolução para uma alteração e aumento de eficiência dos sistemas produtivos deve garantir a inclusão, solidariedade e cooperação, num compromisso de participação igualmente global, não deixando ninguém para trás.

Portugal, tendo um capital natural impar ao nível europeu e condições para liderar uma agenda ambiental e socialmente justa, deve continuar a participar e a contribuir de forma ativa nas propostas e iniciativas em linha com a desejada transformação e transição para uma economia circular e descarbonizante e para um modelo de desenvolvimento sustentável, reforçando investimentos e promovendo reformas adequadas que garantam uma *governance* efetiva, mobilizadora e participada, reforçando a solidariedade e coesão nacional e a cooperação internacional.

O CNADS alerta para a importância de uma participação transversal e integrada de todos os ministérios na preparação do Plano de Recuperação Económica e Social em curso e exorta à consideração da inovação ambiental quer na recuperação quer na construção de um novo paradigma de desenvolvimento no pós-COVID19.

É importante a reconversão profissional de largos sectores da mão-de-obra ativa, que serão afetados pela transição tecnológica numa sociedade menos dependente do consumo intensivo de recursos naturais, renováveis e não renováveis, nomeadamente os combustíveis fósseis. Neste contexto, devem ser criadas e apoiadas linhas de financiamento de empresas empenhadas no desenvolvimento sustentável e na transição tecnológica como, por exemplo, pequenas e médias empresas criadoras de “empregos verdes” em linha com o que se prepara para propor o Fórum Político de Alto Nível para o Desenvolvimento Sustentável das Nações UNIDAS a realizar em julho próximo.

O CNADS sublinha que se deve aproveitar o desejado regresso à “normalidade”, ou à nova normalidade, pós-COVID19, encontrando novos rumos que contribuam para alimentar a esperança, não só com base em palavras, mas sobretudo em ações, e que a crise atual não mascare a crise ambiental subjacente. A sua superação requererá uma economia real ao serviço da sociedade e em simbiose com o ambiente, apoiada em práticas democráticas, transparentes e informadas, e baseada num sistema económico sustentável gerador de emprego e de justiça social.



O CNADS, no quadro das suas competências enquanto órgão que congrega os diversos sectores da sociedade civil, continuará disponível para acompanhar, cooperar e contribuir para este debate, através do seu papel de facilitação e de transferência de conhecimento, bem como de plataforma de diálogo e concertação em torno das políticas do ambiente e do desenvolvimento sustentável, quer ao nível nacional quer no quadro da sua participação na Rede Europeia de Conselhos de Ambiente.

O CNADS compromete-se, assim, a apresentar em breve propostas concretas de iniciativas que visam contribuir para a desejada transição, retirando partido das reorientações urgentes suscitadas pela pandemia COVID19 e seus efeitos diretos e indiretos.

[Aprovado por correio eletrónico em 5 de junho de 2020]

O Presidente

Filipe Duarte Santos